

Deliberação nº 21/82 — 2ª Câmara

Aprovada em 18.05.82 — Processo nº 46/82

Interessado: Sindicato dos Compositores Musicais do Rio de Janeiro

Assunto: Solicita auxílio no valor de Cr\$ 2.886.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil cruzeiros), proveniente do FDA.

Relator: Conselheiro Henry Jessen

EMENTA:

1. Indeferido, à vista da inexistência de verba disponível para atendimento dos pedidos de subvenções para assistência social através do Fundo de Direito Autoral.
2. As entidades interessadas nesse gênero de subvenção deverão comunicar ao Conselho Nacional de Direito Autoral as suas necessidades para o próximo exercício, a fim de consignar-se no orçamento daquele Fundo as importâncias que lhes serão atribuídas com esta destinação.

I — Relatório

Com data de 17 de janeiro do corrente ano, requer o Sindicato dos Compositores Musicais do Rio de Janeiro uma subvenção do Fundo de Direito Autoral no valor de Cr\$ 2.886.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil cruzeiros) para assegurar assistência médica aos seus associados (fls. 1). Junta, a fls. 2, um demonstrativo de suas necessidades financeiras para este fim. A fls. 5 e 6, Informação nº 57 da CODEJUR que, reconhecendo a legitimidade do pedido à luz do inciso II do artigo 119 da lei de regência, obtempera que a concessão da subvenção “ficaria na dependência de possuir recursos financeiros suficientes...” Processo distribuído a este Relator a 14 de abril de 1982.

Este o relatório.

II — Análise

Enquadra-se este pedido do Sindicato dos Compositores na mesma situação do requerimento do Sindicato dos Músicos, devolvido em Plenário pelo subscrito à vista da comunicação da senhora Secretária Executiva, de que o saldo de cerca de dois milhões de cruzeiros existente no Fundo só poderá ser alocado a prêmios e bolsas de estudos, por força de disposição regimental.

III — Voto

Meu voto, pois, só pode ser no sentido de indeferir o presente requerimento, em face do acima referido, e de sugerir às entidades interessadas que apresentem à

Secretaria Executiva as suas pretensões para o exercício vindouro a fim de que o CNDA possa, com antecedência, atribuir as verbas destinadas à assistência social dentro das previsões financeiras do Fundo de Direito Autoral.

Brasília, 18 de maio de 1982

Henry Jessen
Conselheiro

IV – Decisão da Câmara

O Conselheiro José Pereira acompanhou o voto do Relator.

Brasília, 18 de maio de 1982

José Pereira
Conselheiro

D.O.U. 27.05.82 – Seção I – pág. 9.631